

SENTENÇA DE PORTO ALEGRE CONDENA INDÚSTRIA DO TABACO POR TER OMITIDO INFORMAÇÕES SOBRE DANOS À SAÚDE E DEPENDÊNCIA DO CIGARRO

Sentença recente mostra que o Poder Judiciário pode demonstrar coerência ao entender que a lei e os princípios gerais de direito são válidos para todas as empresas, o que inclui a indústria do tabaco, confirmando a lenta e consistente absorção do princípio da boa-fé objetiva, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), e do dever de indenizar independente de culpa (responsabilidade objetiva) nas decisões que envolvem essa indústria.

A sentença em questão foi proferida 29/6/2010 pelo juiz Mauro Caum Gonçalves, de Porto Alegre, e condena a Souza Cruz a indenizar fumante por danos morais e materiais sofridos. Ela mostra que as empresas precisam respeitar o consumidor e que o Poder Judiciário tem que acioná-las, com base na legislação vigente, sempre que danos forem causados.

Como a iniciação ao fumo da autora da ação em questão deu-se aos 14 anos, em 1964, o juiz considerou que, na época, a empresa, apesar de ter informações sobre os malefícios do tabagismo, não os informou, violando o princípio geral de direito da boa-fé objetiva.

Na sentença, ele afirma: *“Resta clara a ilicitude, agora, configurada na **proposital omissão da demandada frente ao dever de informar**, certamente escorada na intenção de obter lucros maiores ante o desconhecimento da sociedade e dos consumidores.”* (grifos originais)

Porém, ainda que fornecesse informação clara e adequada, a empresa responde em razão da Teoria do Risco Criado: se a atividade ou o produto causam dano, deve-se indenizar independente de culpa. Segundo o juiz, *“mesmo que não fosse o caso de a demandada estar se omitindo frente ao risco (o que definitivamente não é o caso dos autos), ainda que fosse cautelosa e prudente no sentido de advertir à sociedade sobre os riscos e malefícios do cigarro, AINDA ASSIM não se afastaria o seu dever de indenizar e responder frente aos danos causados, eis que decorridos de ato seu, erigido em atividade mercantil destinada a obtenção de lucros fáceis.”*

No caso, houve *“conclusão reta no sentido de que a causa preponderante ao desenvolvimento da doença é o tabagismo - eis que se constitui no principal e mais nefasto fator de risco”*, comprovando-se o nexo causal entre o produto (cigarro) e a doença sofrida.

O juiz considerou *“absolutamente desimportante a sustentação da demandada, no sentido de que o tabagismo não seria causa única e excludente à aparição e ao agravamento da doença”*. Basta ter contribuído de forma decisiva para isso.

A sentença compara a atividade da empresa tabagista à das empresas aéreas, obrigadas a indenizar objetivamente (sem aferição de culpa) pelo risco de acidentes e morte inerente à atividade. Diz a sentença: *“O risco, inexoravelmente, é do produto ou do serviço. Assim se dá em qualquer área, seja no mercado tabagista, seja na prestação de serviços aéreos. As indústrias tabagistas não formam categoria à parte, e não se sujeitam a normas distintas (de exceção), senão à Teoria do Risco Criado, de Caio Mário.”*

No Brasil, as únicas empresas que não têm sido responsabilizadas pelos danos que causam são as de tabaco, ao contrário de quaisquer outras: *“Temos o exemplo das de aviação, se um avião sofre um acidente; as financeiras, em caso de cartão clonado; as farmacêuticas, por remédio retirado do mercado depois de testes averiguarem que apresenta riscos, etc. Recentemente, vemos notícias de recall de veículos ou de aparelhos eletrônicos, por peças defeituosas,* pergunta Paula Johns, diretora-executiva da Aliança de Controle do Tabagismo.

Sobre a decisão do STJ que, em abril, excluiu a responsabilidade da empresa em caso semelhante, disse o magistrado que tem imenso respeito ao Ministro do STJ Luis Felipe Salomão, mas que discorda de sua decisão de excluir o fumante do dever de indenizar baseado no fundamento de que o risco inerente do produto excluiria a responsabilidade da fabricante. Segundo o juiz Mauro Gonçalves, isso é *“uma afronta a todo o ordenamento vigente no país, não apenas à Norma de Defesa e Proteção do Consumidor”*.

De acordo com a sentença, a decisão do STJ vai na contra-mão dos ordenamentos material e processual vigentes, que tratam de risco do produto ou do serviço, por sua natureza, e também da Constituição, e esbarra em hipótese de absoluta insegurança jurídica, pois dá margem ilimitada a casos de reserva de lei.

Em sua defesa, com não deixaria de ser, a Souza Cruz insiste em afirmar que a nicotina não causa dependência:

*“A respeito da dependência causada pelo fumo, de que teria sido acometida a autora, referiu [a Souza Cruz] que somente a partir da portaria de número 695/99 que o Ministério da Saúde teria passado a exigir da indústria a veiculação da cláusula asseverando que “A nicotina é droga e causa dependência” - **do que discordaria completamente, embora cumprisse com a determinação; que a palavra vício teria sido banalizada em seu significado, eis que teria passado a alcançar qualquer atividade prazerosa, como consumo de café, chás, chocolates e refrigerantes; que, classicamente, vício significaria dependência capaz de afastar o indivíduo de práticas e hábitos considerados importantes (e exemplificou referindo que não é raro que usuários de heroína prefiram injetar a droga a manter uma relação sexual, da mesma forma que alcoólatras perdem o interesse pelos alimentos. Em contrapartida, o cigarro permite que o indivíduo tenha uma vida plenamente normal e não se afaste das atividades que normalmente desempenha). Argumentou que o conceito clássico de vício envolveria intoxicação, tolerância e síndrome de abstinência, sendo que o consumo de cigarros não preencheria nenhum desses requisitos.”** [Nota da ACT]*

Para Clarissa Homsí, coordenadora jurídica da ACT, *“nota-se aí a má-fé da empresa ao tentar induzir a erro o magistrado, negando a dependência causada pela nicotina, fato que é consenso científico reconhecido pelo governo brasileiro e outros 167 países que ratificaram a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, primeiro tratado internacional de saúde pública”*.

A sentença pode ser lida na íntegra em

http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/483_RSsentencaJunho2010.pdf

Para mais informações, entre em contato com nossa assessoria de imprensa:

São Paulo

Acontece Comunicação
Chico Damaso ou Monica Kulcsar
(11) 3873-6083 / 3871-2331
acontece@acontecenoticias.com.br
chicoacontece@uol.com.br

Rio de Janeiro

Anna Monteiro
(21) 2255-0630 / 7864-3970
Anna.monteiro@actbr.org.br